

Vol. 2, No. 6 Jun. 2025

Conflitos políticos: Saúde e Multilateralismo em Xequê

Os conflitos armados atuais têm afetado gravemente as populações civis, destruindo serviços essenciais, como saúde e transporte, e elevando os riscos de incidentes nucleares. Esses cenários expõem a fragilidade da resposta multilateral e reforçam a necessidade urgente de coordenação diplomática, humanitária e de segurança para mitigar danos e proteger infraestruturas vitais.

O recente cessar-fogo entre Israel e Irã encerrou quase duas semanas de confrontos que resultaram em centenas de mortes e atingiram hospitais, com alertas da Agência Internacional de Energia Atômica sobre possíveis contaminações nucleares. Na Ucrânia, ataques russos continuam a afetar civis e destruir estruturas públicas de saúde, escolas e transporte, enquanto o governo busca apoio internacional por meio da OTAN para fortalecer sua resposta.

Esses episódios revelam como os conflitos armados prejudicam diretamente a saúde e o bem-estar das populações, além de abalar a confiança nas instituições internacionais. Declarações como a de Donald Trump — alegando ataques “virtualmente destruidores” a instalações iranianas — contribuem para a desinformação e aumentam as tensões geopolíticas, dificultando inspeções, a cooperação global e o avanço de soluções diplomáticas. A resposta internacional precisa se ancorar em diplomacia ativa, fiscalização independente e apoio humanitário efetivo para recompor a credibilidade das estruturas multilaterais.

Destacamos ainda: Os avanços e retrocessos no enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), com foco na preparação para a Reunião de Alto Nível da ONU em setembro; a criação da Coalizão Global liderada pelo Brasil, voltada à produção local de insumos de saúde; o alerta da OMS sobre os riscos dos novos produtos como vapes, pedindo a proibição de sabores atrativos ao tabaco, tema que no Brasil segue a discussão no STF sobre a competência da ANVISA para regular cigarros com aditivos, enquanto o Congresso debate projetos para liberalizar dispositivos eletrônicos.

A ver o futuro que nos espera.

Acontece no mundo

Conflitos armados e consequências humanitárias:

- Na Ucrânia, intensos bombardeios russos sobre Kiev resultaram em mortes e feridos civis, enfraquecendo a oferta de serviços médicos, destruindo hospitais e desestabilizando a resposta internacional em prol da saúde pública. [Saiba mais.](#)
- Em suporte multilateral, o [apelo da ONU](#) e a ajuda da [OTAN](#) e Aliados à Ucrânia foi apontada por Zelensky como decisiva para salvar milhares de vidas, refletindo a importância de sanções coordenadas, investimento militar e esforços diplomáticos para proteger a saúde das populações civis. [Saiba mais.](#)
- No Oriente Médio, crise Israel–Irã ampliou os riscos com os ataques Norte Americanos a infraestruturas nucleares, como alerta da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) da ONU sobre possível contaminação radioativa danos químicos e radiológicos em várias instalações nucleares, embora sem contaminação externa registrada até o momento. Durante a sessão do Conselho de Segurança da ONU, o secretário-geral, António Guterres, insistiu que Israel e Irã “dêem uma chance à paz”. [Saiba mais.](#)
- Convocações por diplomacia multilateral evidenciam a fragilidade da cooperação global frente ao aumento das armas nucleares. [Saiba mais.](#)

DCNTs na Assembleia Geral da ONU 2025

Embora alguns países tenham avançado, muitos enfrentam desafios crescentes, especialmente os de baixa e média renda. O relatório de *Progresso 2025 sobre* de [Doenças Não Transmissíveis \(DNTs\)](#) mostra avanços em áreas como controle do tabaco, mas alerta para retrocessos em vigilância e conscientização. Com o objetivo de avaliar e aprofundar as metas de prevenção e controle das DNTs até 2050, será realizada a Quarta Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre DCNTs, em setembro de 2025. [Saiba mais.](#)

Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

Lançada pelos ministros de Saúde do [G20](#) em maio de 2025, visa reduzir desigualdades em saúde ao fortalecer capacidades regionais para produzir



vacinas, diagnósticos e tratamentos, com o Brasil na liderança inicial, em que o [combate à Dengue](#) será o primeiro projeto da Coalizão.

Em consonância com a Coalizão, a [Fiocruz e o África CDC](#) assinaram um Memorando de Entendimento durante a 78ª Assembleia Mundial de Saúde, marcando a primeira ação efetiva. O acordo foca em ampliar a produção local de produtos de saúde, fortalecer institutos nacionais de saúde pública, a vigilância, pesquisa translacional, formação de mão de obra, estruturação de marcos legais, economia da saúde e combate a emergências. Essa cooperação técnica e estruturante entre Brasil e África reforça a soberania sanitária do Sul Global, gerando transferência de tecnologia, construção de conhecimento local e parcerias estratégicas que prometem acelerar a inovação e o acesso equitativo às ferramentas de saúde na África e em outras regiões. [Saiba mais.](#)

Tabaco

- **Ação Urgente para proibir sabores em produtos de Tabaco**

O controle do tabaco avançou significativamente, mas novos produtos como vapes e tabaco aquecido representam um desafio crescente, especialmente entre jovens. [A OMS pede ação urgente](#) dos governos para proibir todos os sabores artificiais em produtos de tabaco e nicotina e alerta que esses produtos, promovidos com sabores e marketing digital, atraem jovens e dificultam a cessação do tabagismo. Por isso, é necessário atualizar as regulações para proteger a saúde pública. [Saiba mais.](#)

- **Conferência Mundial sobre Controle do Tabaco 2025**

[Realizada em Dublin, entre 23 a 26 de junho](#), o encontro reforçou propostas que devem influenciar quatro processos multilaterais entre junho e novembro de 2025: (1) a 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, para inserir maiores impostos ao tabaco como fonte de receita; (2) a negociação do Tratado de Plásticos da ONU, visando restringir filtros de cigarro e vapes descartáveis como poluição plástica; (3) a Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNTs e saúde mental, integrando tributação do tabaco à saúde mental; e (4) a COP11 da Convenção-Quadro da OMS, fortalecendo responsabilidade jurídica da indústria e ampliando restrições à propaganda. Este alinhamento entre conferência e negociações multilaterais evidencia uma estratégia integrada para consolidar políticas de saúde, fiscais e ambientais contra o tabaco em instâncias globais, com a participação ativa de jovens e atenção ao lixo tóxico gerado pela indústria. [Saiba mais.](#)



- **Sobre o tema no Brasil:**

O Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando, com repercussão geral (Tema 1252), a constitucionalidade da competência da ANVISA para proibir a comercialização de cigarros com aditivos, conforme a RDC 14/2012. O julgamento suspenso está atualmente em 3 a 2 pela legalidade da norma. [Saiba mais.](#)

Enquanto isso, o Congresso discute projetos de lei que buscam regular os dispositivos eletrônicos para fumar. O PL 5008/2023 propõe regulamentar seu uso, enquanto o PL 2158/2024 sugere criminalizar a fabricação e comercialização desses produtos. [Saiba mais.](#)

É essencial reafirmar a competência da ANVISA para regular produtos que representem risco à saúde pública. Essa prerrogativa está expressamente prevista nos artigos 6º, 7º, III e XV da Lei nº 9.782/1999, que conferem à agência o poder de proibir, regulamentar e fiscalizar produtos nocivos. Amparada no princípio da precaução e respaldada por evidências científicas robustas, a ANVISA já editou normas como a RDC 46/2009 e a RDC 855/2024, proibindo a comercialização de dispositivos eletrônicos para fumar. Além disso, essa competência já foi reconhecida em decisões anteriores do STF, como na ADI 4874, em que a atuação técnica da agência possui legitimidade constitucional, por estar alinhada à proteção dos direitos fundamentais à saúde e à vida (CF/88, art. 196), ao princípio da precaução e às diretrizes da Convenção-Quadro da OMS.

Fragilizar essa competência frente a pressões econômicas ou legislações permissivas representa um retrocesso institucional e um risco grave à saúde da população. Defender a autonomia regulatória da ANVISA é proteger o interesse público, a ciência e a dignidade da pessoa humana.

Crise de Saúde Mental em Caxemira

Jovens em Caxemira estão se automedicando devido à ansiedade e depressão, resultado de décadas de conflito e bloqueios. A falta de acesso a profissionais de saúde mental leva ao uso descontrolado de medicamentos, muitas vezes sem receita. É urgente a implementação de apoio comunitário e aprimoramento dos serviços de saúde mental na região. [Saiba mais.](#)



Oportunidades

Bolsas de incentivo científico

A Rede Pasteur abriu duas chamadas de financiamento para pesquisa: PERL, com projetos interdisciplinares de até € 300 mil e prazo até 8 de julho, e SPARK, para colaborações inovadoras de até € 100 mil, com prazo até 8 de setembro. Instituições como a Fiocruz podem participar, e devem notificar ao Centro de Relações Internacionais da Fiocruz sua proposta submetida. [Saiba mais](#).

Expediente:

Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional de Brasília

Diretora: Fabiana Damásio

Assessoria de Relações Internacionais (ARI)

Coordenador: José Paranaguá de Santana

Textos & Organização: Isabela Mendes, Manoel Amorim e Roberta de Freitas

Revisão e edição: Manoel Amorim, Pedro Vilaça e Roberta de Freitas

Projeto gráfico: Carlos Sarina (ASCOM) e Pedro Vilaça

[Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, CEP: 70.904-130 - Brasília - DF. Telefone: \(61\) 3329-4500](#)

